Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 03/08/15
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 348 ,DE 2015.

Requer providências do Tribunal de Contas da União – TCU acerca de repasses de recursos financeiros ao Município de Cascavel, na forma que especifica.

Excelentíssimo Senhor Presidente

A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, por meio de seus Vereadores que a este subscrevem, Requerem em conformidade com o art. 40, IV da Lei Orgânica Municipal, seja encaminhado expediente ao Tribunal de Contas da União – TCU, Brasília/DF, solicitando seja tomadas providências cabíveis necessárias, para acionar o Governo Federal, com o objetivo de reaver os recursos financeiros, que somam R$ 98.880.473,23, que deixaram de entrar nos cofres públicos municipais de Cascavel, oriundos de desonerações de impostos referentes ao período de 2008 a 2014.

É o quer Requere. Sala da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento.
Cascavel, 29 de julho de 2015.

Luiz Frare
Vereador/PDT/Presidente

Walmir Severgnini
Vereador/PROS/Secretário

Fernando Winter
Vereador/PTN/Membro

Justificação.

É sabido por todos que os municípios brasileiros, em especial os de menor porte, vêm sofrendo com a queda na arrecadação. Muitos desses são dependentes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que é repassado pelo Governo Federal. Porém, devido a políticas públicas desastrosas de desoneração de impostos, o Governo Federal deixou de repassar milhões de reais aos municípios, sendo um deles Cascavel.

A política de desoneração de impostos como, por exemplo, as isenções ou descontos do Imposto de Produtos Industrializados – IPI, gerou em período eleitoral grandes frutos para o atual Governo Federal, porém, teve um "dissabor" muito grande para os cofres municipais, pois a renúncia de receita que essa desoneração causou foi muito grande, tendo efeitos devastadores nas receitas que eram de direito dos Municípios, sendo um deles, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que teve queda brusca.

Somente para se ter uma ideia do quanto Cascavel deixou de receber do Governo Federal nos anos de 2008 a 2015, com essas desonerações, daria para construir ou reformar várias escolas, construir novos Centros Municipais de Educação Infantil– CMEI, além de implantar várias políticas públicas em prol de nossa cidade.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, tendo como base dados do próprio Tribunal de Contas da União – TCE, o Governo Federal deixou de repassar aos cofres públicos do Município de Cascavel, de 2008 a 2014 R$ 98.880.473,23. Fruto isto de desonerações de impostos que atingiram em cheio a cidade de Cascavel e demais municípios brasileiros.

Podemos dizer aqui: "O Governo Federal fez festa com chapéu alheio", ou seja: usou o dinheiro que era dos municípios para promoção política pessoal, sem medir às consequências. O Resultado está ai, os municípios estão com sérios problemas financeiros.

Esta comissão entende que o Governo Federal infringiu em cheio a Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, ao consentir isenção e demais benefícios de impostos que diretamente atingiram as receitas dos municípios, criou uma renúncia de receita sem apresentar as devidas contrapartidas e os impactos orçamentários e financeiros que isso iria causar. Portanto, requeremos em nome da moralidade que o Tribunal de Contas da União – TCU tome as medidas cabíveis acerca da legalidade ou não dessas desonerações de impostos, que prejudicaram em muito a cidade de Cascavel e demais municípios brasileiros.

Cascavel - PR

Desonerações

Após a crise econômica mundial em 2008, o governo federal adotou uma série de políticas de desonerações de impostos. Mas a grande maioria delas foram em impostos partilhados com estados e Municípios. Isto teve como consequência a falta de recursos financeiros para a sua cidade.

O Município deixou de receber, entre 2008 e 2014, o Total de:

R$ 98.880.473,23

*relativos as desonerações de impostos.

Cascavel - PR

2008	R$ 11.250.071,81
2009	R$ 10.937.715,63
2010	R$ 12.588.701,10
2011	R$ 13.628.994,11
2012	R$ 15.379.049,88
2013	R$ 16.792.130,02
2014	R$ 18.303.810,68

*fonte: TCU - Tribunal de Contas da União